ENTRE DOIS ESTADOS NACIONAIS: PERSPECTIVAS INDÍGENAS A RESPEITO DA FRONTEIRA ENTRE GUIANA E BRASIL

STEPHEN G. BAINES[1]
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília (UNB)

O trabalho examina algumas perspectivas apresentadas por índios makuxi e wapichana sobre a fronteira Brasil – Guiana e como esses povos da fronteira incorporaram em seu universo cosmológico os eventos decorrentes da imposição histórica de uma fronteira internacional que dividiu o território tradicional dos seus antepassados. Situados entre dois Estados nacionais e nas suas periferias, as leituras indígenas sobre esta fronteira revelam as particularidades étnicas desses povos na encruzilhada entre o maior país da América do Sul e um pequeno país ex-colônia holandesa, posteriormente britânica até 1966, assolado por conflitos étnicos entre suas maiorias étnicas afro- e indo-guianenses.

Focalizando apenas aquele trecho da fronteira habitado pelos povos makuxi e wapichana, que tiveram seus territórios historicamente divididos pela linha fronteiriça traçada entre o Brasil e a Guiana desde o período colonial,

---

1. Professor Adjunto 4 do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB); pesquisador 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). stephen@unb.br. Agradeço aos Prof. Maxim Repetto, Prof. Alexandro Namem, e Profa. Maria Odileiz Sousa Cruz da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e ao Prof. Julio Cezar Melatti da UnB, pelos seus valiosos comentários, a todos os Makuxi e Wapichana que colaboraram com a minha pesquisa, e ao CNPq pelo auxílio à pesquisa que possibilitou custear as estadias em Roraima e Guiana em janeiro de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006. Uma versão deste trabalho foi apresentada no GT 2 Cosmologias do Contato, coordenado pela Professora Maria Inês Smiljanic da Universidade Federal do Sergipe, atualmente da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pelo Professor Stephen G Baines, no XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste – CISO, Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 17, 18, 19 e 20 de abril de 2005, em Belém do Pará. Uma versão revisada foi apresentada em Seminário do Departamento de Antropologia da UnB em 1º de junho de 2005.

examinaremos brevemente o impacto das políticas indígenas nessas regiões de fronteira internacional. Ao se referir aos espaços fronteiriços, ressalta Cardoso de Oliveira que "vale considerar, no que diz respeito ao processo identitário, que se trata de um espaço marcado pela ambigüidade das identidades – um espaço que, pela própria natureza, abre-se à manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção" (2000, p. 17). Acrescenta Cardoso de Oliveira, examinando o caso de etnias indígenas situadas em áreas de fronteira:

> Quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou os grupos estiverem inseridos, como a de procurarem assistência à saúde, à educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais (Ibid).

Na Guiana, colônia holandesa que se tornou colônia inglesa até sua independência em 1966, a história de relações entre os povos indígenas e os poderes coloniais foi marcada por tratados de comércio com os povos indígenas. O Decreto de 1784 da Companhia Holandesa das Antilhas dava posse plena e livre das terras aos indígenas. O governo da Guiana nunca extinguiu a posse indígena com base no reconhecimento de direitos consuetudinários, herança do sistema jurídico britânico imposto no período colonial (BAINES, 2004).

Para entender o contexto dessa fronteira internacional é necessário resgatar a história da atuação dos dois países em relação a ela. Paulo Santilli afirma que após a fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa ter sido delineada em 1904 "o projeto oficial para a região do rio Branco sofria uma inflexão

---

2. Tomando-se em conta a atual divisão territorial adotada pela Guiana, nas Regiões 8 e 9, na fronteira sudoeste da Guiana, vivem respectivamente cerca de 24,95% e 8,63% do total de 48.859 indígenas. Na Guiana a população indígena constitui 6,81% da população nacional (GUYANA, 1996). Enquanto no Brasil a população indígena constitui uma pequena minoria de cerca de 0,2% da população nacional, em Roraima constitui cerca de 72% da população rural. No Município de Normandia, enclave fronteiriço na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, os Makuxi constituem 92,71% da população rural. Em Bonfim constituem 22,96% e em Boa Vista cerca de 16,18% (OLIVEIRA, 1998, p. 60) de uma população total em torno de 350 mil.

radical: pode-se dizer que o próprio conceito de fronteira deixava de ser uma questão militar para tornar-se, acima de tudo, uma questão econômica" (1994, p. 39). Santilli acrescenta que em 1927 a migração de índios do Brasil para a Guiana Inglesa, provocada por violências cometidas por fazendeiros brasileiros, ainda era uma preocupação para os estrategistas militares. Afirma Santilli (1994, p. 68-69) "migração talvez não seja o termo mais exato para definir o processo" por se caracterizar por deslocamentos dentro de um mesmo território tradicional, em que a fronteira internacional havia sido imposta.

Depoimentos de moradores makuxi e wapichana no lado guianense da fronteira ressaltam esse fluxo populacional do Brasil para a Guiana antes da independência desta, muitos com nomes portugueses e antepassados nascidos no Brasil. Atribuem a mudança para a Guiana à invasão do território indígena do lado brasileiro por pecuaristas e invasões esporádicas por garimpeiros, a partir das décadas de 1920-1930. Além disso, afirmam que, antes da independência da Guiana e da revolta do Rupununi em 1969, os serviços de educação e de saúde oferecidos pelo governo colonial eram melhores na Guiana que no Brasil, situação que se inverteu nos anos seguintes.

A independência da Guiana foi seguida de muitos conflitos políticos naquele país, sobretudo entre os grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses no densamente povoado litoral. Na revolta do Rupununi em 1969, três anos após a independência da Guiana, os Wapichana, apoiando os fazendeiros brancos e mestiços da região fronteiriça, "insurgiram-se contra o governo central" (FARAGE, 1997, p. 26). O presidente Forbes Burnham, primeiro-ministro da Guiana (1964-1980) e presidente (1980-1985), representava a população afro-guianense. Após acusações de fraudes eleitorais, Forbes Burnham foi eleito e, após declarar a Guiana "República Cooperativista" em 1970, aliou-se ao bloco soviético.

Cabe mencionar que, após a divisão do *People's Progressive Party* em 1955, a política partidária na Guiana configurou-se mais em termos étnicos que ideológicos. Os conflitos étnicos no densamente povoado litoral do país expressam-se na configuração dos partidos políticos. Os dois maiores partidos são o *People's Progressive Party (PPP)* (fundado em 1950, com 53,1% dos votos nas eleições de 2001), visto como representante sobretudo dos indo-guianenses, e o *People's National Congress (PNC)* (fundado em

1955, com 41,7% dos votos nas eleições de 2001), dos afro-guianenses. Entre 1964 e 1992, o *People's National Congress* dominou o cenário político do país.

Os fazendeiros brancos e mestiços do Rupununi apoiavam *The United Force (TUF)*, partido da direita fundado em 1960, e não se conformavam com o regime de Burnham. Rebelaram-se os fazendeiros, incluindo a família Melville, cuja aliança histórica com os Wapichana pesou decididamente para obter seu apoio à revolta: na maioria das aldeias Wapichana, os homens aderiram à revolta (FARAGE, 1997, p. 55). A "Revolta do Rupununi" foi sufocada pelo exército guianense e muitos dos fazendeiros e seus trabalhadores wapichana exilaram-se na Venezuela e no Brasil. Muitos Wapichana buscaram refúgio nas aldeias do lado brasileiro da fronteira. Acrescenta Farage que "A partir desse primeiro contingente que se passou para o lado brasileiro, um fluxo populacional significativo, em direção às aldeias do Brasil, veio a se configurar nos anos seguintes, adentrando pela década de setenta, ainda como seqüela da revolta fracassada" (FARAGE, 1997, p. 55). Nas décadas seguintes, houve corte de seu acesso aos bens industrializados e à assistência.

O Sr. Bernaldo, morador da aldeia Pium e com 34 anos de idade em 2004, nasceu na Guiana, aldeia Ambrósio. Ele ressaltou que na Guiana as condições de vida são muito mais difíceis que no Brasil, pois o transporte é ruim, exclusivamente de bicicleta. Disse ainda que ele tinha 8 anos de idade quando veio para a aldeia de Pium. Ele acrescentou que há serviços melhores de atendimento médico-hospitalar no Brasil.

Existe quase uma unanimidade entre os moradores do Rupununi quanto à sua decepção com a situação política na Guiana pós-independente e com o socialismo por não superar os conflitos étnicos do país. Nas palavras do Sr. Clarindo Rudolph, vice-prefeito de Lethem (em 2004 e 2005), cidade fronteiriça da Guiana, na beira do rio Tacutu, diante da cidade de Bonfim, Roraima, que se identifica como Wapichana de Aishalton, demonstrando evidente desilusão com todos os partidos políticos: "Tanto o PPP quanto o PNC acreditam em ideologias socialistas. Todos pregam o marxismo e o leninismo, sobretudo o PNC. Então por que brigam? Não vejo nenhum sentido nisso". Sugeri que as brigas correspondessem a divisões étnicas e o Sr. Clarindo acrescentou que "É isso mesmo. E isso vai existir para sempre".

Um ex-prefeito de Lethem, Sr. Muacir Baretto, que se identifica como indígena, filho de mãe wapichana e pai makuxi, descendente de brasileiros, mas de nacionalidade guianense, apresentou o Estado guianense como fraco e inviabilizado por conflitos entre os dois grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses. Identificou-se também como ex-socialista, na sua juventude, que havia passado um ano como estudante em Moscou no período soviético. Posteriormente ele havia se decepcionado com o socialismo ao ver tentativas de implantá-lo na Guiana levarem o país ao colapso econômico.

O Sr. Muacir Baretto, numa entrevista em janeiro de 2004, afirmou que ele conhecia pessoalmente o presidente Forbes Burnham e trabalhou como "Coop officer" no seu governo. Contudo ele admitiu que havia cultivado uma resistência, mesmo antes de ir para a ex-União Soviética em 1977-1978 por dez meses. Orientado por uma cosmologia católica que entrava em choque com a cosmologia marxista, o Sr. Muacir contou que ele havia conhecido, naquela época, uma senhora que era líder de um grupo de jovens da Igreja Católica e que ela o havia advertido sobre o "perigo" de ir a Moscou:

> Ela me disse:"Ir para Moscou. Isso vai ser o fim de você!". Fiquei sabendo que ela faleceu logo depois. A filosofia marxista foi muito pesada (...) nas reuniões do PNC martelavam-nos com marxismo. Eu tive que renunciar. A mesma coisa em Moscou, martelando a gente. Minha criação era diferente. Nós acreditávamos em Deus e no espírito. O cara que compartilhava o quarto comigo foi doutrinado (...) Foi na época da Guerra Fria, do anti-americanismo. Quando voltei eu já havia decidido que iria renunciar assim que terminasse meu contrato. Ainda enfrentei problemas com estes caras do PNC aqui.

O Sr. Muacir contou que se associou ao único partido capitalista da Guiana, *The United Force* (0,7% dos votos nas eleições de 2001), o mesmo partido a que os fazendeiros do Rupununi e grande parte dos seus trabalhadores wapichana aderiam na época da revolta do Rupununi em 1969. O Sr. Muacir acrescentou:

> Moscou abriu meus olhos, mas os eventos dos anos 1990 apenas confirmaram a minha decepção... Quando estávamos em Moscou ele (Forbes Burnham) nos visitou. A primeira coisa que ele me disse foi que o povo de vocês está exigindo mais terras. O governo do PNC concedeu títulos através do Parlamento. Em torno de 25% das terras que o último Comissário de Terras havia recomendado. A Comissão de Terras, após a independência, havia recomendado 24 a 25 mil milhas quadradas no final dos anos 1960, início dos anos 1970. O PNC aprovou apenas 6 mil milhas quadradas. Isso foi lá por 1975. Nada mudou neste país desde então.

Ao mesmo tempo, essa decepção com o governo da Guiana é acompanhada, na perspectiva de muitos habitantes dessa região de fronteira, com uma esperança no Brasil. Muitos dos entrevistados indígenas, em Lethem e na aldeia vizinha de St. Ignatius, manifestaram a opinião de que os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil como um grande sucesso econômico e como um caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país. Um comerciante conhecido de Lethem, Sr. Don Melville, que se identificou como mestiço, neto de um fazendeiro escocês e sua esposa indígena Atoraid, comentou, revelando uma perspectiva bastante difundida na Guiana, que o Estado nacional está em processo contínuo de formação e ainda incompleto: "Não existe muito patriotismo na Guiana. Ainda precisamos descobrir nossa identidade". A coalizão *GAP-WPA* (2,4% dos votos nas eleições de 2001), do *Guyana Action Party* (fundado em 1996) e do *Working People's Alliance* (fundado em 1979), define-se como "uma organização autônoma de povos indígenas". O fundador do GAP, o empresário Paul Hardy, é visto como mestiço, e a parlamentar, Sra. Shirley Melville, apresenta-se como índia aruaque do litoral da Guiana. Apesar desses políticos apelarem a identidades indígenas, são vistos como empresários e comerciantes bem-sucedidos pela população local, e alguns informantes indígenas e não indígenas os identificaram como exploradores da mão-de-obra dos índios. O marido da parlamentar, Don Melville, antecipando o que alguns regionais poderiam ter me falado a respeito dele afirmou que:

> Tony James (o presidente da *Amerindian Peoples Association – (APA)* de Aishalton) diz que ele não vai expulsar os colonos, porque são eles que nos dão empregos (...) Há muita história atrás de tudo isso aqui. Os índios não vão mandar embora os colonos, eles apenas querem saber onde estão os limites das suas terras.

Na Guiana, a organização não governamental indígena, *Amerindian Peoples Association – (APA)* (http://www.sdnp.org.gy/apa/), criada em 1991, e reconhecida desde 1992, vem ganhando força política em relação a direitos territoriais. Entre as quatro principais organizações indígenas em âmbito nacional, a APA vem ganhando mais visibilidade nessa região de fronteira com o Brasil.

O Sr. Muacir Baretto ressaltou que a maioria da população da região do Rupununi vê o Brasil como o gigante econômico da América do Sul e percebe o desenvolvimento econômico do estado de Roraima como um grande sucesso comparado com o que ele descreveu como o desastre político e econômico da Guiana. Porém a maioria da população, independentemente das suas origens étnicas e das decepções com a recente história política da Guiana, identificava-se como guianense e expressava certo patriotismo. Contou que, quando era prefeito de Lethem, ele sempre tentava cultivar um sentimento nacionalista nas suas visitas a aldeias. Sr. Muacir comentou: "cultivar um sentimento patriótico não é ruim".

Quando comentei que o Brasil, apesar desse crescimento econômico que ele tanto admirava ao compará-lo com o que ele descreveu como o desastre político e econômico da Guiana, apresentava imensas desigualdades sociais, uma pequena classe extremamente rica e uma grande maioria em extrema pobreza, os 5% mais ricos detendo mais de um terço de toda a renda nacional, o Sr. Muacir afirmou que não defende desenvolvimento à custa do povo.

Os posicionamentos dos habitantes dessa região fronteiriça têm de ser considerados à luz das imensas desigualdades internacionais. A admiração pelo Brasil como um país que "deu certo", quando comparado com a situação econômica crítica da Guiana, não significa que essas pessoas defendam as imensas desigualdades, sobretudo no que diz respeito ao acesso à justiça e a uma ordem capitalista que se sustenta em relações de poder sistematicamente assimétricas. Ao não aceitar o socialismo da forma como as tentativas de efetivá-lo se processaram na Guiana, a maioria das pessoas entrevistadas no lado güianense dessa fronteira revelava uma preocupação quanto às injustiças

sociais no Brasil. O Sr. Muacir acrescentou que "Nós nos assustamos pela escalada de violência que está tendo no Brasil". Comentou o recente assassinato de um comerciante indo-guianense de Lethem, Mohamed Khan, que foi seqüestrado do ônibus em que viajava de Boa Vista para Manaus por uma quadrilha disfarçada de policiais, morto e queimado na beira da estrada BR-174.

A situação nessa fronteira internacional revela como as ideologias dos Estados permeiam o pensamento das populações indígenas, mesmo quando localizadas na sua periferia. Ao mesmo tempo, essas populações estão estreitamente envolvidas em processos internacionais. Além do Sr. Muacir ter passado um ano em Moscou nos anos 1970, recentemente um filho do ex-tuxaua de St. Ignatius, Sr. Ernesto Farias, fez um curso na China sobre mini-hidrelétricas para trabalhar numa mini-usina hidrelétrica em Moko Moko ao pé das montanhas Kanuku a poucos quilômetros de St. Ignatius. Jason Johnny, um dos netos do Sr. Osmond Joseph de St. Ignatius, está em Cuba, estudando medicina na Universidade de Cienfuegos desde 2003, com bolsa de estudos do governo cubano para cinco anos. Muitas das lideranças do Conselho Indígena de Roraima viajam freqüentemente pelo mundo participando de reuniões indígenas internacionais. Em janeiro de 2002, o padre jesuíta irlandês, Paul O'Reilly, da St. Ignatius Mission, próxima a Lethem, comentou comigo que o governo chinês doou o projeto da mini-usina hidrelétrica de Moko Moko para tentar ganhar influência política, considerando que a Guiana tem um assento na ONU, como parte de uma aspiração do governo chinês de se transformar num poder mundial.

Uma distinção que os povos indígenas ressaltam com freqüência, tanto no lado brasileiro como no lado guianense dessa fronteira, é entre a população indígena urbana e a população indígena que mora nas aldeias. O Sr. Muacir Baretto afirmou que:

> Os índios que moram nas cidades como Lethem e Bonfim têm uma perspectiva bem diferente daquela dos índios que habitam as aldeias. Muitos dos habitantes de Bonfim têm criticado a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. Os índios que moram nas cidades, eles começam a pensar como os citadinos, e os citadinos não são índios. Então, quando eles têm de tomar partido, eles se identificam com as pessoas que estão contra a demarcação em área contínua. Pensam como os habitantes da cidade.

O Sr. Muacir comentou, referindo-se ao casal de comerciantes de Lethem, Don e Shirley Melville, que se identificam às vezes como mestiços, outras vezes como índios, dependendo do contexto, que não seriam plenamente aceitos como índios. Dona Emiline, esposa do Sr. Muacir, acrescentou que a esposa do citado comerciante, que se apresenta como índia Arawak do litoral ocidental da Guiana, política eleita pela coalição GAP-WPA, costumava dizer antes de se candidatar que os índios são preguiçosos.

Quando mencionei o posicionamento dessa parlamentar em relação à homologação das terras indígenas em áreas contínuas em Roraima, ao afirmar que demarcar 70% das terras de Roraima como terras indígenas significaria um desastre para o estado de Roraima, o Sr. Muacir interrompeu: "Se ela pensa assim em relação a Roraima, certamente ela não vai defender a demarcação de terras indígenas em áreas contínuas neste lado da fronteira".

Outra questão evidente é que, apesar de depoimentos que criticam veementemente a recente história pós-colonial na Guiana, com freqüentes referências ao período colonial como uma época em que a situação econômica do Rupununi era muito melhor que depois da independência, a grande maioria das pessoas não defende o colonialismo britânico. Referem-se ao período colonial como parte de uma história já distante que ficou para trás definitivamente. Contextualizam as turbulências políticas do período pós-colonial como desdobramentos históricos em conseqüência da história de colonialismo. Uma comparação interessante pode ser feita com os povos indígenas da Guiana Francesa, muitos dos quais demonstram medo de uma possível independência da França, vendo os exemplos de turbulência pós-colonial que assolaram tanto a Guiana como o Suriname, que obteve independência da Holanda em 1975.

Tanto na Guiana como no Brasil há divergências a respeito de quem é considerado índio. A prefeita de Uiramutã, Florany Mota, que passou a se identificar como índia makuxi e atualmente está ligada ao PT, não é considerada índia pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), por que ela não é reconhecida como índia pela maioria das lideranças da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ao tentar reeleição, Florany Mota continuava lutando contra a homologação contínua dessa terra indígena e acusou o CIR de não considerá-la índia por "preconceito", afirmando que "A partir do momento que me posicionei contra a homologação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, deixei de ser índia para as lideranças dos grupos contrários ao meu

posicionamento" (FOLHA DE S. PAULO, 23/05/2004). A Fundação Nacional do Índio (Funai), entretanto, considera-a índia porque ela tem apoio de parte da comunidade indígena.

Na cidade de Bonfim, Sra. Lindalva e seu marido Sr. Braulio, que se identificam como *índios*, *manifestaram*-se contra a homologação da TI Raposa Serra do Sol em área contínua, alegando que os habitantes dessa Terra Indígena "não são índios, são caboclos. Os índios não querem trabalhar". Elogiaram o trabalho da prefeita Florany Mota de Uiramutã. Sra. Lindalva afirmou que ela mesma é índia, mas "faz enrolar o cabelo". Sr. Noberto Cruz, vice-presidente do CIR, que se identifica como Wapichana, comentou a respeito da prefeita de Uiramutã, Florany Mota que se diz índia, que "se a comunidade diz que a pessoa não é índia, temos que respeitar isso".

A Sra. Luíza Maria, esposa do tuxaua makuxi Orlando Pereira da Silva de Uiramutã, relatou que a prefeita de Uiramutã, Sra. Florany Mota, é filha do Sr. Zélio Mota que é neto de Severino, o primeiro branco que chegou. "Só que eles são mestiço, puro branco eles não são. São neto da tia da minha mãe, que se juntou com este Severino". Ela afirmou que "eles não são mais como parentes que ficam unidos. Apesar de Florany afirmar que o Sr. Orlando é seu primo, a gente não a vê como nosso parente". A Sra. Luíza Maria afirmou que a prefeita de Uiramutã está apoiando a instalação do quartel no meio da aldeia. Relatou, ainda, a situação atual em que há pessoas em Uiramutã apoiando o tuxaua Sr. Orlando e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e reivindicando a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, ao passo que outras pessoas apoiam a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR) que defende o retalhe da área indígena e a criação de parcerias com o governo do estado de Roraima, com arrozeiros e com pecuaristas que invadiram as terras indígenas. Relatou, também, casos de lideranças que transferiram seu apoio de uma associação a outra a exemplo de um irmão do tuxaua Sr. Orlando, o Sr. José Novaes, que era vice-prefeito de Uiramutã, casado com uma índia wapichana de Malacacheta. Nas palavras do tuxaua Orlando Pereira da Silva, referindo-se a Florany Mota: "A avó dela é índia. Ela acha que é índia, mas não é. Ela coloca algumas palavras em Makuxi (...) O pai dela (Zélio Mota), na época do garimpo, era comprador de diamante. O pai dela foi um fazendeiro com pouco gado".

O rápido crescimento econômico de Roraima a que se referem ocorreu após a criação do Território Federal de Roraima em 1944 e sua transformação em estado, a partir da aprovação do projeto da sua criação, apresentado primeiro como Projeto de Lei Complementar em 1983 pelo deputado Mozarildo Cavalcante, em 1º de outubro de 1988, implementado em janeiro de 1991, quando foram empossados o governador e a Assembléia Legislativa. A criação do território foi acompanhada de um aumento populacional extremamente rápido com a vinda de migrantes de outras regiões do Brasil, sobretudo para a capital Boa Vista. Como nunca antes na sua história, os territórios indígenas tornaram-se alvo de ocupação por pecuaristas, agroindustriais e garimpeiros, a partir de 1990, "por decorrência da migração que as operações de retirada de invasores da área indígena Yanomami causaram" (SANTILLI, 2001, p. 100).

O estabelecimento de duas agências indigenistas no início do século XX: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sediado na Fazenda São Marcos, e a missão evangelizadora beneditina no alto Rio Surumu, substituídas, respectivamente, pela Funai e pela Ordem da Consolata (SANTILLI, 2001, p. 39-40), apesar de se valerem de procedimentos clientelistas semelhantes às mediações entre regionais e índios ao longo das décadas anteriores, visavam a outros fins. Santilli caracteriza esse período como o da busca de transformar os índios em trabalhadores nacionais (Ibid). Usando o que ele chama de um "padrão clientelista", investiram "na construção de intermediários políticos, na figura de 'tuxauas' ou líderes de aldeia, que as agências indigenistas buscavam legitimar e consolidar" (2001, p. 40).

Tanto os religiosos como a Funai procuravam minar os vínculos clientelistas que ligavam os índios aos regionais (SANTILLI, 2001, p. 41). A partir de 1975, a Diocese de Roraima passou a patrocinar reuniões anuais chamadas "assembléias de tuxauas", criou-se um "projeto de cantinas" e, na década de 1980, a Diocese de Roraima implementou um "projeto do gado" com o objetivo de promover a ocupação do lavrado,[3] transformando os índios em pecuaristas. Dessas iniciativas surgiram, em 1984, os conselhos regionais e, posteriormente, uma coordenação em Boa Vista que veio a ser o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Paulo Santilli assinala que, "descolando-

---

3. Nome dado em Roraima à savana ou aos campos naturais que constituem a vegetação original de grandes extensões do nordeste e leste do estado.

se do plano aldeão, o Conselho Indígena erigiu-se verticalmente, privilegiando a hierarquia e a representação política em moldes partidários" (2001, p. 44). Ressalta também que:

> O suporte material para a organização do Conselho Indígena – e isso foi se tornando mais patente a cada fracasso dos "projetos comunitários" concebidos pelas agências indigenistas – depende viceralmente de recursos externos, sejam eles injetados por missionários católicos, sejam provenientes de órgãos oficiais como a Funai, sejam mesmo de cooperação internacional (Ibid).

O professor Leonardo, filho do tuxaua Orlando Pereira da Silva, comentou, em 2004, que "as pessoas se dão bem com os parentes do lado de Guiana da fronteira, mas quando entra na política embanana tudo", referindo-se ao fato de que pessoas relacionadas à campanha eleitoral de Florany Mota haviam incentivado moradores do lado guianense da fronteira a tirar carteira de identidade brasileira em troca de votos para a prefeita Florany Mota. Numa visita que realizei à aldeia Canapã em 2002, acompanhado pelo Sr. Orlando Pereira da Silva, este falou em tom didático para os moradores sobre questões de saúde e transporte e, também, sobre a atuação de alguns políticos brasileiros que oferecem apoio aos índios da região da fronteira na Guiana somente no "tempo do voto".

O Sr. Osmário, casado com uma das filhas do tuxaua Orlando de Uiramutã, contou acerca da invasão das terras indígenas na década de 1970 e da migração de muitas comunidades indígenas para a Guiana na época, fugindo da violência dos fazendeiros invasores, e sobre o posterior regresso para o Brasil com a deterioração da situação econômica naquele país. Relatou que no período das eleições, em outubro de 2000, a prefeita de Uiramutã, Sra. Florany Mota, junto com uma equipe eleitoral, fez campanha política nas comunidades indígenas ao longo da fronteira do lado da Guiana, nas aldeias de Tapá e Canapã, para conseguir eleitores em troca de carteiras de identidade brasileiras. Acrescentou que os moradores indígenas do lado do Brasil sempre permitiram a travessia da fronteira por parte de outros índios, mas que a compra de votos está criando conflitos entre os próprios índios. O Sr. Osmário relatou que a Sra. Florany Mota não é considerada índia pela maioria dos moradores da aldeia de Uiramutã, mesmo que ela se apresente como índia e fale algumas palavras em Makuxi. Afirmou que a prefeita se diz índia porque sua avó era índia. Ele acrescentou que o pai dela, Zélio Mota, era comprador de diamantes, na época do garimpo, e pequeno fazendeiro e que, em 1982 e em 1989, ele mandou prender índios. Ele relatou

uma história sobre conflitos entre fazendeiros invasores das terras indígenas e os índios. Ainda que a maioria das fazendas tenha sido retomada pelos índios, os posseiros da vila de Uiramutã permanecem unidos contra os índios.

A tensão existente entre os índios brasileiros e guianenses manifesta-se em formas culturais como em acusações de feitiçaria e ataques de Kanaimés (REPETTO, 2002, p. 95-104), seres malignos que assaltam de surpresa no meio da mata. Repetto afirma acreditar:

> Que as aparições do Kanaimé ocorrem quando os conflitos entre indígenas se encontram mais acirrados e constituem, pois, formas de justificar as mortes, ou seja, verdadeiras válvulas de escape. Creio, enfim, tratar-se de uma espécie de metáfora cultural ou de uma espécie de tradução indígena para os conflitos pela demarcação das terras, bem como para o significado das idéias sobre desenvolvimento e cultura (2002, p. 96).

Conforme afirma Repetto, qualquer índio que vem do lado guianense da fronteira é suspeito de estar associado com Kanaimés perigosos, sobretudo em momentos de tensão política (REPETTO, comunicação pessoal). Repetto acrescenta que "os discursos sobre Kanaimés expressam a agonia pela mudança. No meio de fortes conflitos por invasões de terras indígenas e promessas alienantes sobre o desenvolvimento, o verdadeiro terror vem desde o próprio mundo indígena" (2002, p. 104).

Numa reunião de apresentação da minha pesquisa na aldeia Alto Arraia, na região da Serra da Lua, com o tuxaua Justino e membros da comunidade, em janeiro de 2004, uma senhora presente afirmou que "o pessoal está com medo. Eles pensam que é uma fiscalização sobre nossas terras. Explique que é um estudo". Contaram que, depois da demarcação sair em 1980, o fazendeiro que morava nas suas terras saiu. A professora Corina, filha do Sr. Henrique, comentou que "a maioria está com medo de contar esta história". Comentaram que todos são "imigrantes". "Todos nós nascemos na Guiana. Viemos aqui para procurar melhora de vida ... Nós agradecemos o CIR que sempre é do lado da gente". Contaram que havia cerca de trinta famílias em Alto Arraia, "Nós aqui somos todos lavradores... e a única maneira de viver é do trabalho...". Expliquei que o objetivo da minha pesquisa era entender melhor a situação em que eles vivem e conhecer suas histórias de vida para poder valorizá-las, e que não havia nenhum tipo de fiscalização como algumas pessoas da comunidade haviam desconfiado bem como nenhuma intenção de interferir desfavoravelmente na vida deles.

Depoimentos de pessoas que moram ao longo dessa fronteira internacional revelam uma situação muito complexa que está permeada por interesses políticos partidários em conflito aberto. Surgem diversas formas

altamente politizadas de se identificar como índio, mestiço, Makuxi, Wapichana, brasileiro, ou guianense, que muitas vezes se sobrepõem, aparecendo, à primeira vista, contraditórias da perspectiva de um estranho, mas não da perspectiva dos povos indígenas que vivem nessa fronteira, pois eles não vêem nenhum problema em se identificar conforme os contextos em que estão imersos e os quais lhes parecem naturais. Os conceitos de território são moldados em contextos altamente politizados que refletem as divisões políticas da região.

REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen G. 2004. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v.1,n.1, p. 65-98.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto .2000. Os (dês)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, no. 42, p. 7-21.

FARAGE, Nádia. 1997. *As flores da fala:* práticas retóricas entre os Wapichana. Tese de doutorado apresentada à área de Estudos Comparados em Literatura de Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GUYANA, National Development Strategy. 1996. Chapter 22: Amerindian Policies, http://www.guyana.org/NDS/chap22.htm, acessado em outubro de 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: Oliveira, João Pacheco de (Org.). *Indigenismo e territorialização*: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 43-68.

REPETTO, Maxim .2002. Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. Tese de doutorado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília, janeiro de 2002.

SANTILLI, Paulo. 1994. *Fronteiras da República*: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII-USP; FAPESP.

SANTILLI, Paulo. 2001. *Pemongon Patá*: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP.

STEPHEN G. BAINES

Resumo

O trabalho examina perspectivas makuxi e wapichana sobre a fronteira Brasil-Guiana que dividiu seus territórios tradicionais, e como estes povos indígenas incorporaram a imposição histórica de uma fronteira internacional. Situados entre dois Estados nacionais e nas suas periferias, as leituras indígenas a repeito desta fronteira revelam as particularidades étnicas destes povos na encruzilhada entre o maior país da América do Sul e um pequeno país ex-colônia holandesa e posteriormente britânica até 1966, assolado por conflitos étnicos entre suas maiorias afro e indo-guianenses. Surgem diversas formas politicizadas de se identificar como índio, mestiço, Makuxi, Wapichana, brasileiro, ou guianense, que, muitas vezes, se sobrepõem. As maneiras de serem Makuxi e Wapichana se expressam, sobretudo, por meio das organizações políticas indígenas e, principalmente na Guiana, pela afiliações aos partidos políticos daquele país.

Abstract

This article examines some perspectives of Macushi and Wapishana indians about the Brazil-Guyana border which divided their traditional territories, and how these indigenous peoples have incorporated the historical imposition of an international border. Situated between two national States and at their peripheries, indigenous readings about the border reveal the ethnic particularities of these peoples at the crossroads between the largest country of South America and a small country, ex- Dutch and later British colony until 1966, ravaged by ethnic conflicts between its Afro and East Indian Guayanese majorities. Many politicized ways of identifying as Amerindian, mestizo, Macushi, Wapishana, Brazilian or Guyanese emerge and often overlap. The ways of being Macushi or Wapishana find their expression in indigenous political organisations and, especially in Guyana, through affiliations to the political parties of that country.